

## CONTRATO SOCIAL

Que fazem entre si, **EVERTON CARSTEN DA ROSA**, brasileiro, natural de Camaçari/BA, nascido no dia 31/03/1977, solteiro, Advogado, residente e domiciliado na rua Aurora, n.º 1100, Casa 38, Condomínio Jardim do Lago, bairro Marechal Rondon, Canoas/RS – CEP 92020-510, portador da cédula de identidade n.º 4057297519, emitida em 02/05/1994, expedida pela SSP/RS, e inscrito no CPF sob n.º 900.021.720-20; e **JOSÉ MARIA BRANCO DA ROSA**, brasileiro, natural de Lajes/SC, nascido no dia 14/01/1954, Administrador de Empresas, residente e domiciliada na rua Araçá, n.º 280, apto 324-C, bairro Centro, Canoas/RS – CEP 92310-030, portador da cédula de identidade, n.º 15288206-SP, emitida em 02/01/1991, expedida pelo CRA/RS, e inscrita no CPF sob n.º 231.567.249-04; resolvendo de comum acordo constituir uma sociedade empresária limitada nas seguintes condições:

### PRIMEIRA

Que a sociedade girará sob o nome empresarial de **"ECR CONSULTORIA E TREINAMENTO EMPRESARIAL LTDA."**.

### SEGUNDA

Que a sede é na Rua Gonçalves Dias, n.º 66, Sala 405, Bairro Centro, Canoas/RS – CEP 92010-050. Fórum de Canoas/RS.

### TERCEIRA

Que a sociedade terá como ramo de atividades:

- Consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica;
- Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda;
- Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis;
- Consultoria em tecnologia da informação;
- Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares;
  - Treinamento e capacitação;
  - Revenda e implementação de softwares para gestão empresarial.

### QUARTA

Que o início de atividades será no dia 10 de setembro de 2010, com tempo indeterminado de duração.

### QUINTA

Que o *capital social* é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), distribuído entre os sócios da seguinte forma:

⇒ Everton Carsten da Rosa	50,00%	R\$	10.000,00
⇒ José Maria Branco da Rosa	50,00%	R\$	10.000,00

§ único: O capital acima mencionado é totalmente integralizado neste ato, da seguinte forma: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em móveis, máquinas, equipamentos e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em moeda corrente nacional.

#### SEXTA

A administração da sociedade caberá ao sócio **Everton Carsten da Rosa**, isoladamente, com totais poderes e atribuições inerentes ao cargo, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

#### SÉTIMA

Que a responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

#### OITAVA

Que os sócios que exercerem atividades na sociedade terão direito a uma retirada mensal a título de Pró-labore, e este será decidido de comum acordo entre eles.

#### NONA

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do (s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

§ único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

#### DÉCIMA

As cotas do capital social poderão ser livremente cedidas ou transferidas entre os sócios, todavia, qualquer deles que pretender retirar-se da sociedade, cedendo ou transferindo suas cotas do capital, ou parte delas, deve comunicar sua intenção aos demais, e que, em igualdade de condições, terão preferências na sua aquisição em relação a terceiros.

#### DÉCIMA-PRIMEIRA

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, serão apurados o balanço patrimonial, o balanço de resultado econômico e o Inventário, de acordo com a Lei n.º 6.404/76, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

#### DÉCIMA-SEGUNDA

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas da sociedade e de outros itens constantes no artigo 1.071 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, obedecendo o disposto nos artigos 1.010 e 1.076 da lei acima citada, em "Reunião dos Sócios", convocada mediante anúncio, contra recibo, com local, data, hora e ordem do dia, observada a antecedência de oito dias, da data da realização da reunião.

§ único: A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

## DÉCIMA-TERCEIRA

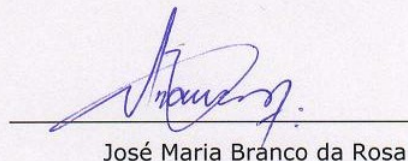
Que o administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de administrar a sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo de contrato social em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

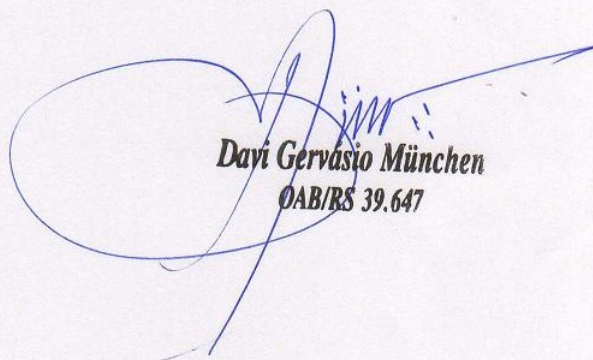
Canoas, 16 de agosto de 2010.



Everton Carsten da Rosa



José Maria Branco da Rosa



Davi Gervásio München  
OAB/RS 39.647

